

Depois de um ano em preparação, a SciELO Argentina terminou com êxito a primeira etapa de sua implantação: foi certificada como *site* de operação regular pela rede ibero-americana SciELO. Agora está integrada à coleção do portal regional junto com as coleções do Brasil, Chile, Cuba, Espanha e Venezuela. Os 22 títulos com mais de 1.500 artigos que integram a coleção argentina se somam ao portal regional, formando uma biblioteca de revistas científicas previamente avaliadas por sua qualidade editorial e acadêmica. A SciELO Argentina pode ser consultada no endereço www.scielo.org.ar.

■ Agricultura

Modelo para a cana

A colheita da cana-de-açúcar (*Saccharum spp*) pode ser realizada 12 ou 18 meses após o plantio. Com o decorrer dos anos e dependendo dos tratamentos culturais, do controle do tráfego e da compactação do solo, a produtividade diminui em proporções diferentes, sendo fatores interferentes o tipo de solo, as condições climáticas e as cultivares utilizadas. O objetivo do trabalho “Desenvolvimento de um programa computacional para implantação econômica de lavouras canavieiras” foi criar um projeto para a otimização da implantação de canaviais, de modo racional e econômico, sem se esquecer de levar em consideração a necessidade de fornecimento da matéria-prima para a indústria. A intenção é permitir a implantação com a finalidade de proporcionar produções, em toneladas, iguais nos anos subsequentes à plantação. Os autores do estudo são Tadeu Marques, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Gil Serra, da Universidade Estadual de Campinas, e Patrícia Marques, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo. “Os resultados apontam que, apesar do maior investimento inicial, os métodos inovadores sempre proporcionam maiores lucratividades reais com o passar do tempo”, revelam os autores.

REVISTA BRASILEIRA DE ENGENHARIA AGRÍCOLA E AMBIENTAL – VOL. 10 – Nº 2 – CAMPINA GRANDE – ABR./JUN. 2006

www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-43662006000200007&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

■ Ciências sociais

Estudos de C&T

Uma ampla revisão das transformações pelas quais está passando o ambiente da pesquisa e do ensino superior no que diz respeito à relação entre ciência, tecnologia e sociedade é a proposta do trabalho “A comunidade de pesquisa dos países avançados e a elaboração da política de ciência e tecnologia”, de Renato Dagnino, do Departamento de Política Científica e Tecnológica

da Universidade Estadual de Campinas. Com base na análise de trabalhos de pesquisadores de países avançados sobre a participação da



EDUARDO CESAR

comunidade de pesquisa na Política Científica e Tecnológica (PCT), o autor apresenta a visão desses estudiosos sobre o contexto de mudança que engloba o processo de elaboração da PCT, mostrando como os três atores que participam desse processo – comunidade de pesquisa, burocratas e empresários – estão se reposicionando em razão das modificações. “A ‘cientificação’ da sociedade não minimizou o papel da comunidade científica no mundo. Embora reconheçam o fato de a ciência ter penetrado e ter sido penetrada pela sociedade, isso não implicou aceitar a existência de uma mão invisível guiando a evolução da ciência e da sociedade em paralelo”, escreveu. O artigo levanta causas que explicariam a afirmação contida nos trabalhos revisados quanto à baixa probabilidade de que a comunidade de pesquisa venha a perder seu papel dominante. A comunidade de pesquisadores estaria, por um lado, aceitando delegar uma parte de seu poder de definição da agenda a outros atores, como empresários, políticos e movimentos sociais. “Essa é uma tendência compreensível tendo em vista a crescente densidade do tecido social dos países avançados.” Por outro lado, os cientistas estariam pleiteando um lugar ainda mais privilegiado em outro espaço institucional distinto daquele onde se dá o processo decisório que origina a alocação de recursos.

REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS – VOL. 21 – Nº 61 – SÃO PAULO – JUN. 2006

www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092006000200011&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

■ Lingüística

Mestria da escrita

De um lado, na escola, a criança usa um código abreviado em sua escritura inicial, para construir seu discurso, pelo fato de ainda não ter do-

mínio do sistema de escrita. De outro lado, nos *chats* informais da internet, os adolescentes usam abreviações e alongamentos semelhantes à forma da escrita escolar inicial, como recursos para a construção de um novo gênero textual. “Parece tratar-se de uma nova forma de escrita, tanto como tecnologia quanto como processo discursivo escrito, embora com marcas discursivas semelhantes às da conversação face a face oral”, descreve o artigo “A construção/apropriação da escrita nas salas de aula da escola fundamental e nas salas de bate-papo na internet”, de Sérgio Roberto Costa, professor da Universidade Federal de Juiz de Fora. O trabalho analisa tais fenômenos de modo a explicar as possíveis semelhanças e diferenças dos dados coletados em circunstâncias e espaços enunciativos diversos, o que pode contribuir com a compreensão dos processos cognitivos de apropriação e uso da escrita por crianças e adolescentes, destacando-se como esses fenômenos se aproximam ou divergem. Embora ocorram em espaços e tempos diferentes, o escolar inicial de crianças na faixa de 7 anos, aprendendo a escrever, e o ciberespacial, de adolescentes entre 12 e 17 anos, já com mestria da escrita, discurso e linguagem são objetos de reflexão e análise por parte das crianças e dos adolescentes, ou seja, a escrita transforma o discurso dos sujeitos em objeto da atenção e da consciência. “Nesse sentido, tanto o escritor iniciante, na escola, quanto o adolescente, no ciberespaço, criam um novo modelo para pensar sobre a fala e a linguagem como atividade consciente numa perspectiva em que a escrita não é uma mera transcrição do discurso”, explica Costa. “Eles se apropriam de uma ferramenta cultural e intelectual que lhes dá recursos para produzir coisas novas, isto é, criar novos sistemas representativos e simbólicos da cultura em que estão inseridos.”

DELTA: DOCUMENTAÇÃO DE ESTUDOS EM LINGÜÍSTICA TEÓRICA E APLICADA – VOL. 22 – Nº 1 – SÃO PAULO – 2006

www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502006000100006&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

■ Economia

Políticas de emissões

Quantificar as emissões de CO₂ decorrentes do uso energético de gás natural, álcool e derivados de petróleo, em seis regiões brasileiras, e avaliar os impactos de eventuais políticas de controle de emissões. Esse é o objetivo do artigo “Uso de combustíveis e emissões de CO₂ no Brasil: um modelo inter-regional de insumo-produto”, de Emerson Hilgemberg, professor do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Ponta Grossa, e Joaquim Guilhoto, da Faculdade de Economia, Administração e Ciências Contábeis da Universidade de São Paulo. O



EDUARDO CESAR

trabalho identifica os setores-chave no que concerne às emissões e o efeito sobre a produção e o emprego de eventuais restrições à emissão de CO₂. Também mostra, para seis regiões estudadas, a ligação entre o nível de atividade e as emissões de CO₂, detalhando para cada um dos energéticos considerados a parcela das emissões totais em razão da demanda final, do consumo interindustrial e do consumo das famílias. Também são realizadas simulações para avaliar os efeitos de uma eventual restrição de emissões sobre os vários setores da economia, bem como os efeitos de um imposto sobre emissões. As regiões analisadas são Norte, Nordeste, Centro-Oeste, São Paulo, resto do Sudeste e Sul. “O Brasil vem apresentando taxas de crescimento de emissões significativas, as quais parecem estar ligadas ao aumento do uso do gás natural e à queda relativa na utilização do álcool”, aponta o estudo. “A melhor compreensão da relação entre os problemas das emissões e a atividade econômica são importantes para a formulação de políticas ambientais que caminhem para controlar o efeito estufa.”

NOVA ECONOMIA – VOL. 16 – Nº 1 – BELO HORIZONTE – JAN./ABR. 2006

www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512006000100002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

■ Saúde pública

Sociedade de risco

A discussão sobre a concepção de risco é ampla e permeia desde uma perspectiva mais geral, que busca contextualizá-lo na dinâmica da mudança da sociedade, até a abordagem mais específica na área da saúde, particularmente nos estudos associativos da epidemiologia. “A palavra risco tem sido cada vez mais freqüente nas revistas médicas nas últimas três décadas. Esse fenômeno, no entanto, não é exclusivo da área da saúde e é permeado pela diversidade de uma noção que esconde uma lacuna conceitual”, segundo o artigo “Sociedade de risco e risco epidemiológico”. A partir de revisão bibliográfica sobre o assunto, o trabalho procura sistematizar a discussão sobre risco. As autoras são Olinda do Carmo Luiz, da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, e Amélia Cohn, da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Segundo elas, a incorporação da noção de risco foi fruto de transformações sociais e tecnológicas. No entanto, é a epidemiologia que informa sobre quais são os fatores de risco: as tentações ricas em colesterol, a fumaça de cigarro etc. Portanto, é ela que diz quais são as portas que devem ser obstruídas à entrada da morte.

CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA – VOL. 22 – Nº 11 – RIO DE JANEIRO – NOV. 2006

www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2006001100008&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt